



Assunto: Aprovação das tarifas e dos preços a cobrar pelo SMAS em 2023

Proposta Nº 2022-613-GP

Pelouro: ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

Serviço Emissor:

Processo Nº _____ *Preenchimento manual*

Considerando que:

1. Nos termos da alínea e) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à câmara municipal fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados, sem prejuízo, quando for caso disso, das competências legais das entidades reguladora.
2. Para além dos preços a cobrar pela prestação de serviços no domínio do abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, calculados de acordo com os critérios previstos no nº 1 do artigo 21º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, os municípios podem aplicar, nos termos do DL nº 147/2017, de 5 de dezembro, um tarifário social a pessoas singulares que se encontrem numa situação de carência económica que toma por referência as pessoas beneficiárias de, nomeadamente, complemento solidário para idosos, rendimento social de inserção, subsídio social de desemprego, abono de família, pensão social de invalidez, pensão social de velhice ou cujo agregado familiar tenha um rendimento anual igual ou inferior a € 5.808,00, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não aufera qualquer rendimento, até ao máximo de 10.
3. Nos termos do nº 1 do artigo 6º do DL nº 147/2017, de 5 de dezembro, a atribuição da tarifa social ao cliente final do fornecimento dos serviços de águas é automática, não carecendo de pedido ou requerimento dos interessados.
4. Nos termos do nº 1 do artigo 3º do DL nº 147/2017, de 5 de dezembro a adesão dos municípios ao regime de tarifa social depende de deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal.



5. Nos termos do nº 4 do artigo 2º do DL nº 147/2017, de 5 de dezembro, os municípios podem ainda estabelecer, também mediante deliberação da assembleia municipal, outros critérios de referência, desde que não sejam restritivos dos enunciados no nº 2 supra.

6. Para além dos beneficiários pessoas singulares, importa que sejam também abrangidas: a) as famílias numerosas, independentemente do seu nível de rendimento e atualmente já beneficiárias de um tarifário específico; b) as pessoas coletivas sem fins lucrativos que, pela atividade que desenvolvem em prol dos munícipes de Almada, e por isso merecedoras de apoio municipal.

7. Os SMAS de Almada, dando cumprimento à Deliberação da Câmara Municipal de Almada de 02.08.2021, tomada sobre a proposta N° 2021-625-GP, e nos termos do disposto na alínea f) do artigo 13º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, diligenciaram a realização de um Estudo que identifica o universo de potenciais beneficiários e o conseqüente impacto financeiro da redução e/ou isenção estabelecidas, cumprindo desta forma a Recomendação n.º 2/2018 da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

8. Que nos termos do nº 1 do artigo 4º do DL nº 147/2017, de 5 de dezembro, compete ao município aderente o financiamento da respetiva tarifa social, o que deve ser assegurada através do orçamento municipal.

9. A aprovação do novo Tarifário respeitante à prestação de serviços no domínio do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, na medida em que prevê critérios inovadores para aplicação de escalões de consumo, implica a revogação dos artigos 66º e 67º do atual Regulamento do Abastecimento de Água e do Saneamento de Águas Residuais.

10. O Conselho de Administração dos SMAS aprovou submeter a deliberação da Câmara Municipal de Almada, para posterior deliberação da Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo do que conjugadamente se prevê na alínea f) do artigo 13º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, nas alíneas e) e k) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no nº 1 do artigo 21º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, no nº 4 do artigo 2º, no nº 1 do artigo 3º, no nº 1 do artigo 6º, todos do DL nº 147/2017, de 5 de dezembro e na Recomendação n.º 2/2018 da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR):

- a) O Tarifário da prestação de serviços no domínio do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais;



- b) A adesão ao tarifário social com atribuição automática, com base no Estudo de incidência elaborado para o efeito e que se anexa à presente Proposta, dela fazendo parte integrante;
- c) O alargamento da base de incidência subjetiva do tarifário social: i. às famílias numerosas com cinco ou mais membros; ii. às instituições particulares de solidariedade social e às associações sem fins lucrativos de utilidade pública, com sede ou delegação no concelho de Almada;
- d) A revogação dos artigos 66º e 67º do atual Regulamento do Abastecimento de Água e do Saneamento de Águas Residuais;
- e) Que a Câmara Municipal de Almada transfira bimensalmente os montantes resultantes da aplicação do tarifário social apurados mensalmente.

Tenho a honra de propor, ao abrigo do que conjugadamente se prevê na alínea f) do artigo 13º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, nas alíneas e) e k) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no nº 1 do artigo 21º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, no nº 4 do artigo 2º, no nº 1 do artigo 3º, no nº 1 do artigo 6º, todos do DL nº 147/2017, de 5 de dezembro e na Recomendação n.º 2/2018 da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR):

- a) Que a Câmara Municipal de Almada delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal o Tarifário da prestação de serviços no domínio do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais e respetivo Estudo Económico e Financeiro, anexos à presente Proposta e que dela fazem parte integrante;
- b) Que a Câmara Municipal de Almada delibere submeter à Assembleia Municipal a adesão ao tarifário social com atribuição automática, com base no Estudo de incidência elaborado para o efeito e que se anexa à presente Proposta, dela fazendo parte integrante;
- c) Que a Câmara Municipal de Almada delibere submeter à Assembleia Municipal o alargamento da base de incidência subjetiva do tarifário social:
 - i. às famílias numerosas com cinco ou mais membros;
 - ii. às instituições particulares de solidariedade social e às associações sem fins lucrativos de utilidade pública, com sede ou delegação no concelho de Almada.



- d) Que a Câmara Municipal de Almada delibere submeter à Assembleia Municipal a revogação dos artigos 66º e 67º do atual Regulamento do Abastecimento de Água e do Saneamento de Águas Residuais;
- e) Que a Câmara Municipal de Almada delibere transferir bimensalmente os montantes resultantes da aplicação do tarifário social apurados mensalmente.